

Wilson Cano: um ensaio sobre o legado de um Economista Heterodoxo

Wilson Cano: An Essay on the Legacy of a Heterodox Economist

DOI: <https://dx.doi.org/10.26694/2764-1392.6824>

Eduardo José Monteiro da Costa¹

Resumo: Este ensaio tem como objetivo resgatar criticamente a trajetória intelectual de Wilson Cano, situando-a na tradição heterodoxa da Escola de Campinas. A metodologia apoia-se em revisão bibliográfica extensiva das obras do autor e em análise histórico-estrutural que articula economia, espaço e sociedade. O exame dessas fontes evidencia três eixos centrais: i) a demonstração de que a industrialização brasileira foi concentradora e gerou profundas desigualdades regionais; ii) a crítica precoce à dependência financeira e tecnológica que levou à desindustrialização e à reprimarização do país; iii) a defesa de um Estado planejador capaz de promover desenvolvimento autônomo, inovação e coesão territorial. Os resultados confirmam que Cano contribuiu decisivamente para reinterpretar a formação econômica brasileira, denunciando as limitações estruturais do modelo vigente e oferecendo referenciais teóricos para um projeto nacional alternativo. Conclui-se que sua produção permanece atual: ao explicitar os riscos da financeirização e da fragmentação territorial, ela oferece parâmetros indispensáveis para formular políticas industriais, tecnológicas e regionais orientadas pelo interesse público e pela soberania.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional. Escola de Campinas. Industrialização. Planejamento Estatal. Wilson Cano.

Abstract: This essay aims to critically review Wilson Cano's intellectual trajectory, situating it within the heterodox tradition of the Campinas School. The methodology is based on an extensive bibliographical review of the author's works and on a historical-structural analysis that articulates economy, space, and society. The examination of these sources highlights three central axes: i) the demonstration that Brazilian industrialization was concentrated and generated profound regional inequalities; ii) the early criticism of the financial and technological dependence that led to the deindustrialization and reprimarization of the country; iii) the defense of a planning State capable of promoting autonomous development, innovation, and territorial cohesion. The results confirm that Cano contributed decisively to reinterpreting the formation of the Brazilian economy, denouncing the structural limitations of the current model and offering theoretical references for an alternative national project. It is concluded that his production remains current: by explaining the risks of financialization and territorial fragmentation, it offers indispensable parameters for formulating industrial, technological, and regional policies guided by public interest and sovereignty.

Keywords: Regional Development. Campinas School. Industrialization. State Planning. Wilson Cano.

Artigo submetido em 26 de agosto de 2025. Aceito em 29 de setembro de 2025.

¹ Doutor em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor da Faculdade de Economia (FACECON) e do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (PPGGP/NA EA), ambos da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: ejmcosta@ufpa.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4243685710731997>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7990-6232>

Introdução

Em tempos marcados pela desindustrialização, predomínio da financeirização, pela crise do Estado brasileiro, e de sua capacidade de planejamento, o resgate do pensamento de Wilson Cano é uma convocação à reflexão. Poucos economistas brasileiros se dedicaram com tanta coerência, profundidade e compromisso com a análise do processo histórico do desenvolvimento brasileiro, revelando suas fraturas profundas e persistentes, especialmente aquelas relacionadas à concentração econômica regional e à urbanização desigual.

Cano não se limitou a estudar os ciclos da industrialização brasileira. Foi além, apresentou uma crítica incisiva ao mito do progresso automático, às ilusões criadas pela modernização dependente e à naturalização das disparidades regionais como algo inerente à dinâmica econômica do país. Em suas análises, demonstrou que o Brasil real não se moldou a partir de ideais abstratos de modernização linear, mas se constituiu em um território fragmentado por assimetrias históricas, concentração produtiva e urbanização desordenada, frequentemente decorrente de escolhas políticas e econômicas (deliberadas e equivocadas) ou das utopias interrompidas.

Como economista, destacou-se por uma abordagem metodológica rigorosa e interdisciplinar, centrada na relação dialética entre economia, espaço e sociedade. Suas pesquisas revelaram que as desigualdades regionais e urbanas no Brasil não eram apenas consequências inevitáveis da expansão capitalista, mas resultados diretos de um modelo econômico concentrador e excludente, estruturado em torno de um Estado que, ao invés de atuar como agente de integração territorial e social, reforçava, pelas escolhas feitas, disparidades estruturais.

Este ensaio acadêmico tem o objetivo de resgatar criticamente a trajetória e as principais contribuições intelectuais de Wilson Cano, situando sua produção no contexto da chamada Escola de Campinas – núcleo de formação de economistas heterodoxos comprometidos com a superação do subdesenvolvimento brasileiro. Combinando pesquisa rigorosa e persistência intelectual, Cano deixou um legado essencial para aqueles que insistem em vincular a economia a um projeto nacional.

Mais do que revisitar suas obras fundamentais, como as análises pioneiras sobre concentração industrial e a dinâmica da urbanização brasileira, pretende-se evidenciar a atualidade de sua crítica ao modelo de desenvolvimento adotado pelo país e discutir as lições que permanecem para as novas gerações de economistas. Afinal, em um momento em que o Brasil enfrenta novamente desafios semelhantes aos denunciados por Cano – como desindustrialização acelerada, precarização das relações urbanas e crescente desigualdade regional – sua obra continua indispensável para compreender o presente e repensar o futuro da nação.

1 Formação e trajetória: um economista contra o fluxo

Nascido em 1937, Wilson Cano construiu sua trajetória acadêmica em uma época marcada por intensos debates sobre desenvolvimento, industrialização e planejamento econômico no Brasil. Formado em Economia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, aprofundou seus estudos de Mestrado e Doutorado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), instituição que se tornaria seu espaço de atuação intelectual ao longo da vida.

Diferente dos economistas que seguiram carreiras tecnocráticas em instituições financeiras ou em órgãos públicos, Cano optou por permanecer próximo da pesquisa e da docência, cultivando um pensamento profundo, sistemático e enraizado na realidade brasileira. Seu foco era a análise de longa duração: a formação econômica (em especial do Brasil), os ciclos da industrialização, as ondas de concentração espacial da renda, o papel do Estado e os impasses da modernização.

Desde o início da década de 1970, sua produção acadêmica tornou-se referência indispensável para a compreensão do processo histórico da industrialização brasileira. Em 1977, com a publicação da obra *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*, Cano rompeu com as interpretações correntes que predominavam na época. Ao analisar detalhadamente a concentração industrial paulista, revelou que o crescimento econômico e produtivo do estado mais rico do país não gerara integração ou equilíbrio territorial; pelo contrário, ampliara desigualdades internas profundas, consolidando um modelo excludente e concentrador, que limitava o desenvolvimento social e econômico a poucos polos urbanos.

Cano se tornou, desde então, um pensador contra o fluxo dominante: recusou as narrativas lineares de progresso, criticou a abertura comercial precoce, denunciou o desmonte da capacidade estatal e acompanhou, com rigor analítico, o processo de desindustrialização que marcou o país a partir dos anos 1990. Ele foi um dos primeiros intelectuais a apontar claramente o processo de desindustrialização acelerada no Brasil, alertando para os riscos estruturais que esse fenômeno representava para o futuro do país.

2. A Escola de Campinas: crítica, autonomia e projeto nacional

Escrever sobre Wilson Cano implica, inevitavelmente, mencionar a Escola de Campinas – um dos mais importantes polos de formulação heterodoxa da economia brasileira. Estruturada a partir do Instituto de Economia da Unicamp, essa escola se consolidou, desde os anos 1970 e 1980, como referência em análises sobre desenvolvimento, industrialização, urbanização e desigualdade regional no Brasil.

Cano foi um dos principais construtores dessa tradição. Ao lado de outros intelectuais – como Maria da Conceição Tavares, Luiz Gonzaga Belluzzo, João Manuel Cardoso de Mello, Wilson Suzigan e Carlos Lessa – ele ajudou a formar gerações de economistas que compreendiam o desenvolvimento não como um desdobramento automático do mercado, mas como o resultado de disputas históricas, escolhas políticas e estruturas econômicas herdadas.

A abordagem da Escola de Campinas se sustenta em alguns pilares conceituais fundamentais, amplamente incorporados por Cano em suas pesquisas e atuação acadêmica:

i) Historicidade e análise estrutural: Os economistas da Escola de Campinas recusaram explicitamente a ideia de que a economia podia ser compreendida por leis universais, abstratas e atemporais. Pelo contrário, argumentavam que cada país – e o Brasil em particular – precisava ser analisado a partir de sua história concreta, levando-se em conta os impactos estruturantes da colonização, da industrialização tardia, das desigualdades regionais persistentes e da inserção subordinada no sistema capitalista global.

ii) Centralidade do Estado planejador: Contrariando visões ortodoxas, Cano e seus pares entendiam o Estado não como mero regulador ou interventor pontual, mas como um ator estratégico essencial para planejar o desenvolvimento, coordenar setores econômicos e promover políticas de inovação, industrialização equilibrada e coesão territorial.

iii) Desenvolvimento com autonomia nacional: Em oposição ao reducionismo econômico que via o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) como objetivo em si mesmo, os economistas de Campinas defendiam que o desenvolvimento precisava ter como meta central a conquista da soberania econômica, tecnológica e produtiva do país, garantindo sua autonomia frente às oscilações internacionais e às pressões externas.

iv) Crítica da dependência econômica e reelaboração das teorias cepalinas: A influência estruturalista da Cepal é clara na Escola de Campinas, porém reelaborada por Cano e seus colegas de maneira crítica e criativa. Eles adaptaram as teorias originais de dependência e subdesenvolvimento ao contexto brasileiro específico, analisando detalhadamente como a dinâmica econômica do país reforçava desigualdades estruturais e regionais e como políticas equivocadas agravavam o quadro de dependência econômica e tecnológica.

Cano incorporou essas premissas em sua produção intelectual e prática docente. A Escola de Campinas, sob sua influência, tornou-se um *locus* de reflexão alternativa à ortodoxia econômica. Insistentemente em suas aulas e bancas de pós-graduação, Cano insistia na importância da análise estrutural, do rigor histórico e da responsabilidade com o destino nacional.

Mais do que uma vertente acadêmica, a Escola de Campinas estruturou-se como um espaço de reflexão de um projeto de nação político-intelectual. Seu núcleo sempre defendeu que o Brasil precisava ser pensado a partir de suas próprias especificidades, com instrumentos conceituais e analíticos adequados à sua realidade complexa. Nesse processo, Cano destacou-se como uma figura central, um intelectual que não apenas pensava o Brasil, mas que insistia na importância de compreendê-lo profundamente para poder transformá-lo efetivamente.

3 Industrialização, dependência e reversões estruturais

A trajetória intelectual de Wilson Cano se entrelaça com o esforço de compreender as contradições do processo de industrialização brasileira. Desde seus primeiros trabalhos, ele rejeitou a ideia de que a industrialização dos anos 1930 em diante teria gerado uma modernização homogênea e inclusiva. Sua tese central enfatizava exatamente o contrário: o Brasil experimentou um processo de industrialização concentrado, excludente e territorialmente desigual, o que aprofundou assimetrias regionais e sociais ao invés de mitigá-las.

Na sua obra seminal, *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo* (1977), apresentou uma análise inovadora e rigorosa sobre a dinâmica espacial da industrialização brasileira. Ao examinar detalhadamente o estado de São Paulo, demonstrou como o crescimento industrial não resultou em dispersão equilibrada no espaço, mas consolidou-se de forma hipertrofiada na Região Metropolitana da capital paulista. Essa concentração industrial gerou efeitos econômicos significativos de aglomeração produtiva e ganhos de escala, mas, simultaneamente, aprofundou desequilíbrios regionais, gerando uma divisão espacial do trabalho altamente desigual, comprometendo a integração produtiva e social do país.

Cano evidenciou que regiões como o interior paulista, o Nordeste, o Norte e diversas outras áreas do país permaneceram em grande parte à margem desse processo industrializador, funcionando basicamente como fontes de matérias-primas e mão de obra barata, com pouca ou nenhuma articulação produtiva própria. Essa constatação colocava em xeque os discursos otimistas de modernização homogênea e reforçava o argumento de que a industrialização brasileira não havia rompido com as estruturas de dependência herdadas desde o período colonial e agroexportador.

Convém salientar que Cano não se opunha à industrialização em si, mas sim à sua forma subordinada e dependente. Ele criticava duramente a excessiva dependência do Brasil em relação aos capitais estrangeiros, às tecnologias importadas e aos padrões de consumo desvinculados da realidade socioeconômica nacional. Em sua visão, essa industrialização subordinada não promoveu um verdadeiro rompimento estrutural com a lógica histórica do subdesenvolvimento periférico; pelo contrário, reproduziu e fortaleceu os mecanismos de dependência econômica, tecnológica e financeira.

A partir da década de 1990, sua crítica tornou-se ainda mais contundente, especialmente diante da acelerada desindustrialização e reprimarização da economia brasileira. Cano alertou precocemente que a abertura comercial e financeira realizada sem planejamento adequado, associada à valorização cambial artificial e à ausência de políticas industriais sólidas, estava destruindo de forma acelerada a base produtiva nacional. Para ele, a liberalização indiscriminada significava a renúncia explícita à construção de um sistema produtivo autônomo e diversificado, essencial para assegurar crescimento econômico sustentado e soberania nacional.

Além disso, Cano antecipou com notável clareza os riscos associados à crescente financeirização da economia brasileira, fenômeno caracterizado pelo predomínio dos interesses financeiros e rentistas sobre os objetivos produtivos e sociais. Em sua análise, a política econômica brasileira passou a ser cada vez mais subordinada à lógica de curto prazo e à instabilidade dos mercados financeiros, abandonando progressivamente as políticas estruturantes de longo prazo. O resultado dessa transformação foi não apenas a estagnação econômica, mas também a desestruturação gradual do projeto nacional, com graves implicações para a integração territorial, a soberania econômica e a inclusão social.

A partir de meados dos anos 2000, Cano intensificou suas advertências sobre a “reversão estrutural” em curso no país. Ele apontava o esvaziamento progressivo do parque industrial, a simplificação produtiva e tecnológica da economia, o retrocesso nas políticas de integração regional e o enfraquecimento sistemático do papel do Estado como articulador e indutor do desenvolvimento. Essa “desconstrução silenciosa”, como ele denominava, representava um perigo real e iminente de comprometimento das conquistas econômicas e sociais alcançadas em décadas anteriores.

Destarte, sua contribuição não residia apenas na análise histórica detalhada dos ciclos industriais passados, mas na insistente advertência de que, sem a reconstrução urgente de uma base produtiva integrada, diversificada e regionalmente equilibrada, o Brasil permaneceria preso à sua condição periférica. Cano enfatizava que, para romper com essa trajetória, seria necessário reafirmar a centralidade do planejamento estatal estratégico, garantir políticas industriais ativas e promover uma macroeconomia orientada para o desenvolvimento produtivo com inclusão social. Tais propostas, profundamente estruturais e corajosas, permanecem extremamente atuais e necessárias em um contexto de profundas incertezas econômicas e sociais no país.

4 O Brasil desigual: a obsessão regional de Cano

Em seus estudos, Wilson Cano reservou especial atenção à problemática das desigualdades regionais e urbanas, constituindo parte do núcleo central de sua crítica ao modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil. Para ele, compreender o país significava reconhecer não apenas o contexto de subdesenvolvimento externo, mas também o quadro interno de profunda fragmentação territorial, onde as contradições do modelo econômico vigente se expressam de forma particularmente nítida e duradoura.

Desde seus primeiros estudos, especialmente o livro *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo* (1977) e sua Tese de Livre Docência (1981), Cano demonstrou um interesse especial pela dinâmica territorial desigual que marcou a industrialização brasileira. Suas pesquisas detalhadas revelaram que, em vez de construir um sistema produtivo articulado e integrado nacionalmente, a industrialização resultou numa forte metropolização, concentrada em torno da Região Metropolitana de São Paulo. Esse padrão de desenvolvimento não apenas consolidou desigualdades espaciais, mas ampliou o isolamento econômico e social de extensas parcelas do território brasileiro. Enquanto São Paulo acumulava capital, infraestrutura moderna e uma base industrial complexa, outras regiões permaneciam relegadas à condição periférica, especializando-se no fornecimento de matérias-primas e mão de obra barata, com baixíssima capacidade de desenvolvimento produtivo autônomo.

É perceptível que Cano se alinhou, desde o início, à tradição estruturalista da Cepal; mas foi além dela, aprofundando sua crítica ao destacar o caráter estrutural e histórico das disparidades territoriais brasileiras. Ele sustentava que o subdesenvolvimento interno — evidente não apenas entre grandes regiões, mas também entre estados, municípios e mesmo áreas urbanas e rurais

próximas – não era um fenômeno circunstancial, mas resultado direto das características do modelo econômico adotado no país. Segundo a sua análise, o mercado por si só jamais corrigiria essas assimetrias; pelo contrário, tenderia a reproduzi-las e até agravá-las, caso não houvesse uma intervenção estatal planejada e ativa.

Esse olhar crítico também se estendia de maneira especial a regiões como o Nordeste e a Amazônia, destacadas em sua obra como símbolos paradigmáticos das desigualdades nacionais. Para ele, tais regiões não eram apenas “menos desenvolvidas”, mas vítimas explícitas de um modelo histórico baseado na ocupação predatória, na expropriação econômica e na exclusão social.

No caso específico da Amazônia, denunciava um modelo de desenvolvimento que combinava exploração econômica desenfreada com interesses internacionais predatórios, resultando em ciclos recorrentes de destruição ambiental e apropriação privada de riquezas públicas. Assim, a Amazônia representava uma fronteira econômica ambígua, dotada de enorme potencial biológico, mas frequentemente reduzida a mero espaço de exploração econômica predatória, negligenciada pelo planejamento público.

Em relação ao Nordeste, reconhecia a importância histórica dos esforços de planejamento regional, especialmente os iniciados por Celso Furtado com a criação da SUDENE, mas ressaltava criticamente a falta de continuidade e profundidade dessas iniciativas. Em sua avaliação, os projetos de desenvolvimento regional no Nordeste frequentemente falharam pela ausência de articulação mais ampla e integrada com um projeto nacional. Cano defendia que somente um verdadeiro projeto nacional poderia assegurar ao Nordeste encadeamentos econômicos sólidos, inovação tecnológica regional, ampliação de infraestrutura produtiva, redistribuição de renda e, sobretudo, descentralização efetiva do poder político e econômico.

Como exposto, Cano denunciava a naturalização das desigualdades territoriais, apontando-as como uma das expressões mais perversas e duradouras da dependência econômica brasileira. Nesse sentido, pensar o Brasil exigia necessariamente uma compreensão profunda de seu território. E mais do que isso, planejar o desenvolvimento implicava construir políticas regionais de longo prazo, com investimentos públicos integrados em infraestrutura, educação técnica, inovação tecnológica, valorização das economias locais e articulação consistente entre os espaços urbano e rural.

Ao longo de toda a sua carreira, insistiu que a questão regional não poderia jamais ser reduzida a políticas meramente compensatórias ou assistencialistas. Pelo contrário, era necessário inseri-la como pilar central de uma estratégia nacional de desenvolvimento.

O legado analítico e intelectual deixado por Wilson Cano é, portanto, uma contribuição essencial e atual para aqueles que buscam compreender e enfrentar os desafios estruturais do desenvolvimento brasileiro. Sua pesquisa sobre a desigualdade regional e urbana permanece como um chamado constante à responsabilidade coletiva e à construção de alternativas econômicas e sociais territorialmente equilibradas e democraticamente planejadas.

5 A atualidade do pensamento de Wilson Cano

Wilson Cano jamais se distanciou do tempo histórico em que viveu. Ao contrário de muitos economistas que concentraram sua atenção exclusivamente em modelos teóricos e análises desconectadas da realidade concreta, sua obra sempre esteve profundamente ligada ao objetivo maior de promover transformações estruturais efetivas. Até o fim da vida (faleceu em 2020), permaneceu atento, produtivo e fortemente envolvido nos grandes debates nacionais, orientando jovens pesquisadores, participando de fóruns públicos ou se posicionando diante do desmantelamento da capacidade estatal brasileira, da indústria e das universidades.

Cano sustentava que o economista jamais poderia ser visto como um mero técnico neutro ou passivo. Para ele, o economista é inevitavelmente um agente político que escolhe conscientemente suas perspectivas analíticas, seus objetos de estudo e, principalmente, seus compromissos éticos e sociais. Sua prática intelectual sempre se orientou pela busca constante da compreensão profunda dos processos econômicos, com o objetivo claro de revelar estruturas invisíveis, desconstruir narrativas econômicas simplistas e apresentar alternativas concretas para os desafios enfrentados pelo Brasil.

Nos últimos anos de sua vida, como já mencionado, as suas análises se concentraram especialmente nos processos de desindustrialização e reprimarização econômica do país, fenômenos que ele via com grande preocupação. Em sua interpretação, o Brasil estava retornando a uma condição histórica que lembrava perigosamente o período colonial, caracterizada pela crescente dependência das exportações de bens primários e *commodities*, ainda que sob uma nova roupagem. Alertava que essa dinâmica econômica representava uma séria ameaça à soberania nacional, dado que implicava perda significativa da complexidade produtiva, enfraquecimento do tecido industrial e o esvaziamento sistemático das políticas de desenvolvimento regional.

Cano defendia enfaticamente que não bastava identificar e apontar problemas econômicos estruturais; era imprescindível também construir caminhos alternativos. Em suas aulas, palestras e escritos, enfatizava incansavelmente a necessidade de se retomar o planejamento econômico de longo prazo, repensar o papel estratégico do Estado na economia, restaurar a capacidade pública de investimentos produtivos e, sobretudo, fortalecer a formação de economistas profundamente comprometidos com o futuro do país. Seu legado permanece ativo e vivo nos cursos universitários, nos centros de pesquisa em desenvolvimento regional e urbano, nos inúmeros economistas que formou ao longo de décadas e em toda uma geração que compreende o desenvolvimento como um projeto político amplo e articulado.

Em um contexto brasileiro marcado por crescentes desafios econômicos e sociais, a relevância e a atualidade do pensamento de Wilson Cano ganham um novo impulso.

Conclusão

Wilson Cano pertence à linhagem rara dos intelectuais que mantiveram uma coerência analítica persistente ao longo de sua trajetória. Seu pensamento constitui uma vigorosa convocação à lucidez, obrigando-nos a enxergar o Brasil como realmente é: um país atravessado por profundas contradições históricas, marcado por desigualdades territoriais persistentes e por um potencial reiteradamente desperdiçado. Ao mesmo tempo, porém, sua obra nos aponta com clareza o país que poderia existir, desde que adotássemos uma visão corajosa, analiticamente rigorosa e, acima de tudo, comprometida com um projeto nacional de desenvolvimento.

Mais do que simplesmente um teórico da industrialização brasileira ou um analista da economia regional e urbana, Cano destacou-se como um pensador da autonomia em seu sentido mais amplo: autonomia econômica, territorial, tecnológica, científica e política. Sua contribuição intelectual representa simultaneamente uma advertência séria sobre os riscos estruturais da dependência econômica, da desindustrialização precoce e da fragilização do Estado nacional, e um convite vigoroso à construção de um projeto alternativo de desenvolvimento, enraizado nas realidades regionais brasileiras.

Em um momento histórico no qual o debate econômico se empobreceu significativamente, reduzido frequentemente a tecnicidades vazias ou disputas políticas imediatistas e polarizadas, o resgate do legado de Wilson Cano significa muito mais que um ato acadêmico-memorial. Significa redescobrir o valor inestimável da análise histórica rigorosa, a importância da economia política e a necessidade do planejamento estatal estratégico. Significa, em suma, restaurar a dignidade do pensamento econômico como uma ferramenta decisiva para a compreensão profunda e transformação concreta da realidade brasileira.

O nome de Wilson Cano permanece, assim, como uma referência indispensável do pensamento econômico nacional, um marco histórico e intelectual da tradição desenvolvimentista brasileira. Seu legado constitui uma verdadeira bússola intelectual e ética para todos aqueles que ainda acreditam e insistem na construção de um país não apenas economicamente forte, mas socialmente inclusivo e territorialmente equilibrado — um Brasil pensado de dentro para fora, comprometido com a realização plena de suas potencialidades históricas, econômicas e humanas.

Referências

CANO, Wilson. **Ensaio sobre a crise urbana do Brasil**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2011.

CANO, Wilson. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

CANO, Wilson. **Notas de aula**: disciplina Desenvolvimento Econômico (Mestrado em Economia Aplicada, Unicamp). Anotações tomadas por Eduardo José Monteiro da Costa. Campinas, 2002.

CANO, Wilson. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930 – 1995**. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil**. Campinas. Tese Livre-Docência, Universidade Estadual de Campinas, 1981.

SANTOS, Androaldo Quintela *et al.* (Org.). **Wilson Cano: A questão regional e urbana no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Editora Expressão Popular, 2021.